

**A HISTÓRIA DA FILOSOFIA
MEDIEVAL REVISITADA**

Henrique C. de Lima Vaz
CES-BH

JOHN INGLIS, *Spheres of Philosophical Inquiry and the
Historiography of Medieval Philosophy*, Leiden/
Boston/Köln: Brill, 1998, 324 p.

A historiografia filosófica, segundo os padrões das modernas ciências da história, começou a constituir-se em fins do século XVIII, mas apenas no século XIX adquiriu seu estatuto próprio — teórico e metodológico — como uma disciplina específica no campo da história das idéias. O pastor luterano alemão Jacob Brucker é considerado o iniciador da moderna historiografia filosófica. Conquanto sua enorme *Historia critica philosophiae*, em 6 volumes (1767), reúna uma imensa e desigual documentação, não apresenta suficiente rigor crítico, nem mostra uma linha diretriz que organize esse vasto material num todo coerente. No século XVIII (Inglis, c. 1) o estudo da filosofia medieval antes de Brucker, concentrado sobretudo em Tomás de Aquino, fora cultivado pelos seus grandes comentadores dominicanos como Charles René Billuart e Antonio Goudin. Por outro

lado, mesmo dentro do ensino eclesiástico verificava-se, na segunda metade do século, um crescente desinteresse pela filosofia medieval e uma preferência pela filosofia moderna, representados tipicamente na obra do jesuíta austríaco S. Storchenau, *Institutiones logicae et metaphysicae* (1769-1771). As *Lições sobre a História da Filosofia*, de G. W. F. Hegel, professadas pela primeira vez na Universidade de Iena (1805-1806) e ampliadas em Heidelberg (1817) e Berlim (1820-1830); constituem a primeira tentativa de pensar organicamente, do ponto de vista evolutivo, a história da filosofia, incluindo a filosofia medieval, desde suas origens na China e na Índia até seu pleno amadurecimento na própria filosofia de Hegel.

Nos primeiros passos da constituição da História da Filosofia como disciplina própria, a historiografia da filosofia medieval foi considerada, como era natural, dentro do clima racionalista da época, que reivindicava para a filosofia, segundo a intenção fundadora de Descartes, uma total autonomia em face de qualquer outra instância do saber e, sobretudo, em face da teologia. Dentro desse clima e dessa pressuposição, os primeiros que incluíram a filosofia medieval na história da filosofia, como Brucker e Hegel, acabaram por negar sua existência, não só em razão da sua dependência da teologia, mas ainda por julgar inviável a prática de um pensamento filosófico autônomo na Idade Média, estando, como estavam, as Universidades medievais sob a jurisdição papal. Essa negação da existência de uma filosofia na Idade Média, ratificada pela incontestável autoridade de Hegel, deveria ter como conseqüência a eliminação ou, pelo menos, a drástica redução do capítulo sobre a filosofia medieval na historiografia filosófica, que conhecia no século XIX um rápido progresso. No entanto, não foi esse o destino da história da filosofia medieval. Ao contrário, o estudo e interpretação dos pensadores medievais e da filosofia medieval como um todo passou a ocupar lugar cada vez mais importante na historiografia filosófica, tornando-se hoje um dos campos mais ativos de pesquisa, dando origem a uma vasta e sempre crescente produção bibliográfica e desenvolvendo-se em centros e instituições especializadas nos principais países.

Explicar as razões dessa surpreendente evolução no estudo da filosofia medieval e propor uma apreciação crítica sobre o paradigma historiográfico que assegurou a esse capítulo da história da filosofia um *status* acadêmico universalmente reconhecido, tal o propósito do livro de John Inglis, professor de Filosofia na Universidade de Dayton, que apresentamos nessa resenha. O livro de Inglis, fruto de minuciosa pesquisa bibliográfica atestada nas suas numerosas notas, e de uma releitura dos textos, sobretudo de Tomás de Aquino, que fundamentam o paradigma atual dominante na exposição da filosofia medieval,

consagrado pela autoridade tutelar de Etienne Gilson, não é apenas um convite ao exame crítico desse paradigma. Na verdade, ele coloca mais uma vez, a partir das condições do trabalho historiográfico, tendo por objeto a existência e as vicissitudes do pensamento filosófico no universo intelectual da Idade Média, a questão que acompanha desde suas origens a reflexão cristã: é possível acolher a filosofia, tal como a entendeu a tradição clássica, no interior da forma de pensamento inspirada na revelação cristã ou, em concreto, da teologia? A resposta negativa assumiu historicamente duas formas: a primeira, formulada por alguns dos primeiros teólogos cristãos, entre eles Tertuliano, afirmava a incompatibilidade entre a doutrina cristã e a filosofia. Essa resposta encontrou, de resto, partidários ao longo de toda a história do Cristianismo, e hoje renasce com particular vigor na chamada “ortodoxia radical” do teólogo anglicano John Milbank e seus discípulos, que pretendem purificar a teologia de todo resíduo filosófico. A segunda, como acima assinalamos, fundou-se na concepção racionalista da absoluta autonomia da filosofia. A resposta positiva conheceu igualmente duas formas: a primeira, largamente dominante nos 15 primeiros séculos da história cristã, admitia a utilidade e, mesmo, a necessidade da filosofia para o cumprimento pleno do ideal proposto por Santo Agostinho de uma busca da inteligência da fé, e que Santo Anselmo definiu no século XI com a expressão lapidar *fides quaerens intellectum*. A segunda, formulada exatamente no contexto do trabalho historiográfico, exprimiu-se no paradigma metodológico que pressupunha a existência de uma filosofia no interior do universo teológico medieval a partir do fato de que todas as esferas da investigação filosófica, como se exprime Inglis, segundo a divisão do campo filosófico comumente admitida — lógica, teoria do conhecimento, filosofia da natureza, antropologia, metafísica, ética — encontram nos textos medievais, embora formalmente teológicos, elementos que permitem reuni-las em sistemas filosóficos completos e relativamente autônomos. Ficava assim demonstrada a existência de *facto* de uma filosofia medieval que se oferece ao trabalho historiográfico como objeto perfeitamente definido. A formação desse paradigma metodológico que decidiu em favor da existência de uma filosofia na Idade Média a pesquisa historiográfica, teve seus episódios marcantes dos quais se ocupa John Inglis ao longo de quase todo o seu livro. No entanto, a ocasião e motivação desses episódios foram bem diferentes. O primeiro desenvolveu-se no seio da Universidade francesa, e sua motivação foi puramente acadêmica. Tendo a Academia de Ciências morais e políticas estipulado um prêmio para o trabalho que expusesse a filosofia praticada nas Universidades da França medieval, o então diretor do departamento de manuscritos da Biblioteca Nacional Barthélemy Haureau obteve o prêmio com um estudo, fundado sobre o exame dos manuscritos medievais, sobre as correntes filosóficas dos séculos XIII e XIV,

publicado sob o título *De la philosophie scolastique* (1850). Escrita embora dentro do espírito do racionalismo da época, essa obra significou uma primeira entrada do estudo da história da filosofia medieval no mundo acadêmico. O segundo episódio, que é propriamente o objeto do livro de Inglis, desenrolou-se em contexto cultural bem diferente. A demonstração da existência de uma filosofia medieval, e a possibilidade da sua restauração como sistema atual e filosoficamente válido, capaz de contrapor-se com êxito aos sistemas da filosofia moderna pós-cartesiana, era uma parte importante do programa de renovação do pensamento cristão que começa a delinear-se nas primeiras décadas do século XIX. Para cumprimento desse programa era necessário demonstrar: 1. a existência de uma filosofia sistematicamente articulada no interior dos grandes sistemas teológicos da Idade Média; 2. a aptidão dessa filosofia para confrontar-se com os sistemas da filosofia moderna e para demonstrar sua superioridade sobre eles. O primeiro ponto requeria um trabalho propriamente historiográfico; o segundo representava um propósito apologético dentro do processo de renovação do pensamento cristão que então se iniciava. É o primeiro ponto o que retém a atenção de Inglis no seu livro, não obstante o fato de que, no exercício da tarefa historiográfica, a motivação apologética estivesse presente e fosse talvez o seu estímulo maior, pelo menos nos primeiros tempos. Formava-se, assim, um paradigma metodológico que assegurava a viabilidade e legitimidade do estudo da filosofia medieval como campo delimitado e autônomo de pesquisa. Segundo Inglis, esse paradigma obedece ao seguinte roteiro programático: reconstituir, na obra de cada autor medieval mais significativo, um *corpus* doutrinal compreendendo aqueles tópicos seguidos na prática moderna do trabalho filosófico — teoria do conhecimento, filosofia da natureza, antropologia, metafísica e ética; e traçar a linha que une esses diferentes sistemas num todo de inspiração comum que se pode e deve denominar *filosofia medieval*. De outro lado, o desenho dessa linha tem a forma de uma curva que se eleva a partir de Escoto Eriúgena no século IX, passa por Santo Anselmo no século XI, atinge seu ápice com Tomás de Aquino no século XIII, para declinar em seguida e terminar com Guilherme de Ockam no século XIV. Tal o modelo de pesquisa que se constituiu na segunda metade do século XIX entre os historiadores católicos, mas que foi aceito em seguida no mundo acadêmico em geral, tornando-se até recentemente o modelo quase canônico no estudo da filosofia medieval. A dois autores, segundo Inglis, deve, com justiça ser atribuída a paternidade desse incontestavelmente fecundo paradigma historiográfico, formulado na segunda metade do século XIX: o teólogo e filósofo jesuíta alemão Joseph Kleutgen (1811-1883), que o definiu nas suas célebres obras *Die Theologie der Vorzeit* e *Die Philosophie der Vorzeit* (Inglis, c. III) e o historiador da filosofia, também alemão, Albert Stöckl (1823-

1895), que o aplicou com êxito na sua *Geschichte der Philosophie des Mittelalters* (1864-1866) (Inglis, c. IV). O paradigma Kleutgen-Stöckl esteve, de resto, subjacente ao programa de restauração da filosofia escolástica proposto pelo Papa Leão XIII na encíclica *Aeterni Patris* (1879), da qual Kleutgen foi um dos inspiradores (Inglis, pp. 155-160).

No século XX o estudo da filosofia medieval adquiriu definitivamente o *status* de disciplina acadêmica e conheceu um grande desenvolvimento tanto nas obras de interpretação global e síntese quanto na investigação das suas fontes — greco-latinas, árabes e judias — e na edição crítica de manuscritos e dos textos dos principais autores. Todo esse trabalho teve a orientá-lo, segundo Inglis, o paradigma historiográfico Kleutgen-Stöckl. Por ele guiaram-se, não obstante divergências por vezes notáveis na formulação da idéia de uma “filosofia medieval” historicamente identificável e na interpretação do pensamento dos principais representantes dessa filosofia, os mais conhecidos historiadores do século XX, dentre os quais destacam-se o belga Maurice de Wulf (1867-1947), pioneiro no reconhecimento acadêmico da história da filosofia medieval, e o francês Etienne Gilson (1884-1978), sem dúvida o mais eminente historiador da filosofia medieval no século XX. A esses dois grandes mestres Inglis dedica dois capítulos (VI e VII) que podem ser considerados os capítulos centrais da sua obra, no sentido de que a demonstração do predomínio do paradigma Kleutgen-Stöckl é levada a cabo convincentemente no estudo dos dois maiores historiadores da filosofia medieval. No capítulo VIII, Inglis expõe o estado da historiografia da filosofia medieval nessas últimas décadas do século XX, em que o modelo Kleutgen-Stöckl ainda predomina, detendo-se sobretudo na reabilitação filosófica de Guilherme de Ockam iniciada pelo seu editor franciscano Philotheus Boehner (1901-1995), de resto discípulo e colaborador de E. Gilson (pp. 216-225), e na estrutura da obra considerada *standart* em língua inglesa, a *The Cambridge History of Later Medieval Philosophy* (1982), estruturada ainda dentro do paradigma Kleutgen-Stöckl (pp. 225-231).

A segunda parte do livro de Inglis tem como título “Para uma nova historiografia da filosofia medieval”. Nos últimos anos teve início, com efeito, uma revisão do modelo convencional de exposição da filosofia medieval, que Inglis coloca sob o patrocínio de Kleutgen-Stöckl. Um dos motivos dessa revisão, da qual participam também historiadores católicos, é, sem dúvida, o desaparecimento quase completo da motivação apologética no clima cultural desse fim de século, consequência do declínio do movimento neo-escolástico após o Concílio Vaticano II. No contexto desse fim da neo-escolástica é igualmente posto em questão o duplo pressuposto do modelo Kleutgen-Stöckl, a saber a prima-

zia da escolástica latina e a linha da sua evolução no sentido de um começo (séc. IX), de um apogeu (séc. XIII) e de um declínio (séc. XIV). Assim, por exemplo, o historiador francês Alain de Libera, (não considerado por Inglis) tido como o herdeiro da tradição gilsoniana, propõe uma *vue d'ensemble* da filosofia medieval, bem diferente da do mestre, tratando *ex aequo* as quatro grandes famílias filosóficas que floresceram na convencionalmente denominada Idade Média (sec. VI-XIV): a bizantina, a islâmica, a judaica e a latina (*La philosophie médiévale*, Paris, 1993; tr. br., São Paulo, Loyola, 1998). A revisão proposta por Inglis (cc. IX e X) consiste essencialmente em pôr em questão um dos pilares do paradigma Kleutgen-Stöckl, a saber a nítida e adequada (no sentido lógico) distinção entre fé e razão que aquele paradigma supõe professada pelos grandes mestres medievais. Usando um termo sem dúvida excessivo, Inglis fala de “dicotomia” entre razão e revelação e a denuncia como falsa (c. X). Para demonstrar a falsidade de uma tal “dicotomia” (que aliás nenhum mestre medieval fiel à tradição agostiniana aceitaria), Inglis se dedica a demonstrar que todas as “esferas” ou divisões da filosofia que os seguidores do modelo Kleutgen-Stöckl pensam poder extrair dos textos medievais formalmente teológicos são, na verdade, inseparáveis do seu contexto teológico [por exemplo, a “teoria do conhecimento” em Tomás de Aquino (pp. 252-260)] e só adquirem sentido dentro da intenção teológica da obra em que são expostas. Na verdade, acreditamos que nenhum dos grandes mestres contemporâneos da historiografia da filosofia medieval desconheceu ou não deu a devida atenção a esse *medium* teológico no qual a filosofia medieval foi pensada e exposta. O próprio Etienne Gilson, criticado aliás nesse ponto pelo medievalista lovaniense Fernand van Steenberghen, chegou finalmente à convicção, exposta brilhantemente na introdução da sua obra clássica *Le Thomisme: introduction à la philosophie de Saint Thomas d'Aquin* (Paris Vrin, “1989, pp. 8-45), de que a exposição da filosofia de Tomás de Aquino deve obedecer, por razões intrínsecas à própria concepção tomásica da filosofia, ao mesmo *ordo theologicus* que preside à construção da *Summa Theologiae*. A justa intuição de Inglis de que a aplicação do modelo Kleutgen-Stöckl muitas vezes deixa em segundo plano, embora não desconhecendo e muito menos negando, o contexto teológico no qual se exerce a prática da filosofia na Idade Média merece ser levada em consideração, embora não se possa aplicá-la sem mais aos grandes mestres da historiografia filosófica medieval no nosso século. O que está verdadeiramente em questão, como observamos no início, e que a obra de Inglis nos leva a repensar mais uma vez, é o clássico problema de um possível lugar da filosofia dentro do universo intelectual da tradição cristã. Como esse lugar foi assegurado e legitimado pelos grandes teólogos medievais? Eis a interrogação a que deve

responder preliminarmente toda tentativa de interpretação do *fato* filosófico no mundo teológico medieval. O modelo Kleutgen-Stöckl foi uma resposta possível e que respondeu de maneira incontestavelmente adequada aos padrões da historiografia filosófica estabelecidos no século XIX. Mas talvez as razões do seu recente declínio devam ser buscada numa direção não explorada por Inglis. O que caracterizou a historiografia filosófica até tempos recentes foi o uso de uma metodologia e de um modelo hermenêutico que poderíamos denominar *anacronismo historiográfico*. Ele consiste em organizar e ler toda a história da filosofia de acordo com a concepção moderna que se desenvolve de Descartes a Kant, e sobretudo com a vertente sistemática dessa concepção codificada nos sistemas racionalistas, tendo em Christian Wolff sua expressão acabada. Em suma, ele pretende ler toda a história da filosofia de acordo com a organização acadêmica que passa a prevalecer no ensino e prática da filosofia segundo disciplinas metodologicamente distintas. Ora, tal concepção da filosofia não corresponde ao que foi efetivamente o mister filosófico na Antiguidade e na Idade Média. Estudos recentes, entre os quais convém lembrar os de Pierre Hadot (ver, por exemplo, *O que é a filosofia antiga?* (tr. br.), São Paulo, Loyola, 1999), se aplicam a mostrar que a filosofia no mundo greco-romano, concepção recebida pelos medievais sobretudo através de Santo Agostinho e de Boécio, não era uma simples atividade intelectual, mas um modo (*tropos*) de viver ou uma forma de vida na qual a dimensão intelectual (que acabou por identificar-se com a significação da filosofia no elenco moderno dos saberes ditos superiores) era apenas uma das componentes (fundamental, sem dúvida) de um projeto global de vida, cuja adoção pelos indivíduos implicava uma *conversão* com nítidos matizes religiosos. Foi com essa concepção da filosofia que o Cristianismo defrontou-se nos seus inícios e que, finalmente, buscou integrar no seu apelo a uma *conversão* mais radical, essa sim, formalmente religiosa, e a uma nova forma de vida que se pretendia mais exigente e abrangente do que a forma de vida *filosófica*. É possível viver a forma de vida filosófica dentro da forma de vida cristã? E como articular a dimensão intelectual da filosofia com a verdade da Revelação? Tal a interrogação que, de Santo Agostinho a Santo Tomás de Aquino, subjaz a todo o problema das relações entre filosofia e teologia na Idade Média. Podemos supor que a razão profunda da crise doutrinal mais grave dos fins do século XIII, na qual esteve envolvido o próprio Tomás de Aquino, residiu no intento de alguns Mestres de Artes, ou professores de Filosofia, da Universidade de Paris de reviver no mundo cristão medieval, o ideal antigo da filosofia, independentemente da teologia. É esse, aliás, um dos episódios doutrinários mais investigados, dada a sua importância, pela pesquisa historiográfica atual no campo da filosofia medieval.

Ao convidar-nos a uma avaliação crítica da moderna historiografia da filosofia medieval, o livro de Inglis recoloca-nos de fato em face de um problema fundamental para a reflexão cristã ontem e hoje, nisso consistindo, a nosso ver, além de uma preciosa riqueza documental, seu mérito maior.

Endereço do Autor:
Av. Dr. Cristiano Guimarães, 2127
31720-300 Belo Horizonte — MG